

## As relações entre Brasil e Estados Unidos sob a direita radical: concepções de ordem e articulações em fóruns multilaterais

US-Brazil relations under the radical right: conceptions of order and articulations in multilateral forums

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.130141>

Bárbara Vasconcelos de Carvalho Motta  
Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Brasil  
[b.motta@academico.ufs.br](mailto:b.motta@academico.ufs.br)  

Lívia Peres Milani  
PPG RI San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), São Paulo, Brasil  
[livialpm@gmail.com](mailto:livialpm@gmail.com)  

### Resumo

Este artigo analisa como governos de direita radical no Brasil e nos Estados Unidos impactaram suas relações bilaterais, entre 2019 e 2021. Nossos objetivos específicos são: mapear atores centrais para a aproximação, comparar as concepções sobre a ordem internacional e analisar a articulação de posições sobre direitos humanos e gênero na Organização das Nações Unidas, em específico na Assembleia Geral da ONU e no Conselho de Direitos Humanos. Almejamos contribuir com o debate sobre as relações bilaterais destes países e com a literatura sobre a ascensão da direita radical global, assim como argumentamos que a vinculação passa pela construção de uma dinâmica com raízes na sociedade civil. Para tanto, utilizaremos uma metodologia de análise de conteúdo, em que as fontes primárias utilizadas foram: notícias veiculadas pela mídia brasileira, discursos e documentos oficiais. Concluímos apontando algumas das diferenças de estratégia e argumentando que os governos de Trump e Bolsonaro deixaram marcas importantes para as relações bilaterais, ao intensificar a conexão entre movimentos políticos e sociais de direita em ambos os países.

**Palavras-chave:** Política externa; Brasil-EUA; Direita radical.

### Abstract

This article analyzes how far-right governments in Brazil and the United States impacted their bilateral relations between 2019 and 2021. Our central objectives were: mapping out important actors in this process and comparing their conceptions about the international order, while relating their actions to the human rights and gender agenda in the General Assembly and Human Rights Council. We seek to contribute to the debate on Brazil-US bilateral relations and to the literature on the rise of the global radical right, while arguing that the connection involves building a dynamic with roots in civil society. In this sense, we proceeded with a content analysis based on news published by the Brazilian media, speeches, and official documents. We conclude by pointing out some of the differences in strategy and arguing that the Trump and Bolsonaro governments left important impressions on bilateral relations by intensifying the connection between right-wing political and social movements in both countries.

**Keywords:** Foreign policy; Brazil-US relations; Radical right.

Recebido: 13 Fevereiro 2023  
Aceito: 04 Maio 2023

Lívia Peres Milani agradece à Capes pelo financiamento de bolsa de pós-doutorado (processo número 88887.310463/2018-00, bolsa 88887.583366/2020-00). Agradecemos também à equipe do Observatório de Política Exterior/GEDES/Unesp pelo trabalho de compilação das notícias.

Conflitos de interesse: As autoras não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

## Introdução

Especialmente a partir de 2016, o cenário político global foi abalado pelo crescimento de partidos e movimentos políticos de direita radical que conquistaram espaço tanto no Norte quanto no Sul Global. Especialmente após algumas lideranças serem eleitas para cargos administrativos em países como Estados Unidos, Reino Unido e Brasil, além da manutenção de governantes com ideais próximos na Rússia e na Turquia, este movimento passou a ser destacado como um desafio à manutenção e ao reforço da ordem liberal internacional, à difusão dos valores associados a esta ordem e à incorporação de pautas progressistas como as de gênero e meio ambiente em Organizações Internacionais.

Analisando este contexto, Nexon e Cooley (2020) abordam os movimentos de direita radical como uma forma de contestação transnacional à ordem internacional, que encontra paralelos em outros movimentos sociais históricos, como foi o caso do fascismo e de movimentos religiosos. Contudo, como argumentado pelos autores, ao chegarem ao poder central em Estados relevantes para a manutenção da ordem, tais movimentos se tornaram parte de uma contestação que ocorre, também, desde dentro. Ainda que a guinada à direita na política externa de Brasil e Estados Unidos tenha sido revertida no curto prazo, os grupos de direita radical continuam fortes em ambos os países e um dos elementos de sua estratégia é a construção de uma dinâmica de guerra de posição, nos termos de Gramsci. Assim, grupos políticos buscam mudanças graduais e pequenas inflexões que fortalecem paulatinamente suas agendas.

Considerando este contexto, o presente artigo busca endereçar o seguinte questionamento: como as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos foram influenciadas pela convergência de governantes de direita radical? Para responder esta pergunta, nossos objetivos específicos são: i) mapear os atores centrais para a aproximação bilateral, ii) comparar as concepções de ambas as presidências sobre a ordem internacional expressas na Assembleia Geral da ONU (AGNU), iii) analisar as articulações de posições em fóruns multilaterais que abordam direitos humanos e gênero, especificamente no Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU. A partir da análise das relações entre Brasil e Estados Unidos sob a direita radical, almejamos contribuir para a bibliografia sobre as relações bilaterais entre Estados Unidos e Brasil e também para a emergente literatura sobre os movimentos da direita radical e suas ligações transnacionais, trazendo uma análise cuidadosa sobre as concepções de ordem internacional e sobre as posições sobre gênero e direitos humanos.

A pesquisa tem como recorte temporal o período de 2019 a 2021, possibilitando o entendimento da emergência de convergências e das mudanças desencadeadas pelo resultado das eleições presidenciais estadunidenses em novembro de 2020. Além de revisão de literatura, prosseguimos com uma metodologia de análise de conteúdo usando como fontes primárias notícias e reportagens veiculadas pela mídia brasileira. As reportagens foram mapeadas por meio dos informes produzidos pelo Observatório de Política Externa Brasileira mantido pelo Observatório de Política Exterior (OPEX), que se constitui em uma base de dados sobre notícias publicadas na mídia. Também foram analisados discursos proferidos pelos presidentes dos dois países na ONU e seus respectivos representantes no Conselho de Direitos Humanos e documentos oficiais. Ao todo foram considerados dez discursos, entre exposições feitas pelos presidentes Trump e Bolsonaro, o então Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, na ocasião de sua fala ao CDH, bem como discursos da ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. Discursos da contraparte norte-americana no CDH não foram amplamente considerados, exceto a fala da ex-embaixadora dos EUA no CDH Nikki Halley, na ocasião da saída do país do Conselho, pelo fato de que ao longo de grande parte da presidência Trump os EUA não acreditaram representantes para esta agência da ONU.

O artigo é organizado de acordo com a seguinte estrutura. Na primeira seção discutimos a relação entre a direita radical e a política exterior, trazendo o aporte de Gramsci para avaliarmos as estratégias adotadas pelos governos que se se aproximam desta corrente ideacional, sobretudo as presidências Trump e Bolsonaro, em suas articulações internacionais. Na próxima seção abordamos, em primeiro lugar, as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos no momento de convergência entre governos, para depois especificarmos essas aproximações de agenda em dois âmbitos: (i)

nas concepções sobre a ordem internacional e os modos delineados para reagir a ela; (ii) e nas visões de cada governo sobre a pauta internacional de gênero e direitos humanos no CDH. Por fim, à guisa de conclusão, o artigo traz alguns *insights* sobre a relação sob Bolsonaro e Biden, apresentando algumas possíveis consequências para as relações bilaterais com a alteração de presidência nos EUA.

### A direita radical global e a política exterior

Na última década, fortaleceram-se em âmbito global movimentos de direita radical pautados, em grande parte, na crítica à globalização e seus efeitos sociais e culturais. Esses movimentos de direita radical procuram um retorno a práticas de cunho nacionalista e o reforço de valores tradicionais vinculados à família, ao papel da mulher e seus direitos reprodutivos, à importância da religião como esteio das sociedades e a não inclusão dos direitos de grupos minoritários.

A partir da já clássica argumentação de Norberto Bobbio (1995), que define o binômio esquerda-direita como centrado em posições sobre a desigualdade e propõe identificar as posturas radicais a partir da contestação de elementos da democracia liberal-representativa, Mudde (2019) entende que os grupos de direita em ascensão se diferenciam de uma direita moderada por se autodefinirem como antissistema e por adotarem uma narrativa autoritária, populista e nativista. Mudde (2019) entende que as direitas não-moderadas se dividem em dois grupos: as direitas radicais e a extrema direita, sendo que estas rejeitam a democracia em sua essência e aquelas contestam elementos do liberalismo, como direitos das minorias e a pluralidade. Entendemos que Trump e Bolsonaro são claramente integrantes da direita radical, embora alguns de seus posicionamentos de contestação às eleições possam ser entendidos como uma aproximação da extrema direita.

A direita radical contemporânea tem como base intelectual o pensamento desenvolvido a partir do final dos anos 1960, na França, com a liderança de Alain de Benoist. Este movimento intelectual – comumente conhecido como "nova direita" – reformulou alguns dos conceitos chave das direitas radicais tradicionais, especialmente a partir da ideia de etnopluralismo, a noção de que as diferentes culturas são igualmente relevantes, porém distintas, e aptas a se desenvolverem de forma isolada. Com base nessa formulação, o multiculturalismo é contestado pelo pensamento das "novas direitas", sendo percebido como uma forma de enfraquecimento das culturas locais (MUDDE, 2019).

Atualmente, a ascensão das direitas pode ser considerada um movimento global em razão das interconexões estabelecidas entre suas lideranças - por meio de redes de estudo, edição de livros, organização de conferências e articulação no mundo digital - e de algumas pautas e táticas comuns - como uma postura conservadora em pautas de costumes, a defesa da tradição, um discurso nacionalista e o uso de redes sociais e de uma estética própria. Trata-se de um movimento heterogêneo, que possui importantes especificidades nacionais e cujo discurso e atuação é adaptado às realidades específicas, ainda que compartilhem aspectos de uma narrativa em comum. Embora compartilhem uma narrativa crítica à globalização, tais grupos enfatizam os aspectos culturais e sociais deste processo e não há uma posição coesa ou coerentes em pautas econômicas (WORTH, 2019).

Tais grupos propagam o questionamento a valores progressistas no âmbito social e defendem um retorno de valores vistos como "tradicionais" que erigiram o que denominam como "civilização ocidental". A narrativa articulada constrói um inimigo nas elites globais e em seus aliados (MUDDE, 2019; ABRAHAMSEN *et al.*, 2020; SANAHUJA; LÓPEZ BURIAN, 2020; DROLET; WILLIAMS, 2022). A atenção a este movimento tornou-se mais urgente a partir da eleição de lideranças próximas a seus ideais para cargos administrativos. Os governos de direita radical impuseram inflexões em tradições nacionais de política exterior e possibilitaram a formação de uma coalizão de governos reacionários, com potencial de gerar discussão e redefinição de normas globais.

No entanto, a atuação governamental não é a única, ou mesmo a principal, estratégia adotada. Os grupos intelectuais da "nova direita" fazem uma releitura dos escritos de Antonio Gramsci, apropriando-se - para a perseguição de outros objetivos - da estratégia proposta pelo autor italiano aos movimentos revolucionários (ABRAHAMSEN *et al.*, 2020). Como aponta Gramsci (1971), o processo de mudança revolucionária não ocorre apenas quando circunscrito ao ambiente

político-partidário, sendo fundamental que a ideologia em ascensão se espalhe para outras arenas da vida social. Essa perspectiva está assentada, sobretudo, na percepção de que as relações sociais precedem as relações internacionais. Desde a formação deste campo, convencionou-se separar o Estado da sociedade civil como recurso analítico para distinguir duas esferas de atuação: a sociedade civil, por um lado, assentada no contrato social e subjugada ao Estado e este, por outro, em suas articulações para a garantia de paz no ambiente doméstico, da defesa em relação a ameaças externas e das condições para uma economia de mercado (COX, 1981). Nesse sentido, considerando que as relações sociais não se encerram nas fronteiras do Estado, podendo, inclusive, transbordá-las e assumir proporções mundiais, a nova direita global se articula em grande parte nessa dualidade. Ao mesmo tempo que possui elementos específicos que respondem às articulações nacionais, também busca se enraizar por meio de articulações que escapem ao Estado.

Dessa forma, é justamente nessa intersecção que se encontra o projeto da metapolítica, em que 'meta' significa algo que transcende e complementa todas as formas de ação política. Em outras palavras, a metapolítica é vista como "uma luta cultural/ideológica contra os valores e crenças liberais reinantes" (FAYE, 2011, p. 22), em que através de um "esforço de propaganda – não necessariamente de um partido específico" os grupos da nova direita "difunde[m] um corpo ideológico representando um projeto político global" (FAYE, 2011, p. 327). Reconhecendo que uma vitória no campo das ideias é pré-condição fundamental para qualquer vitória política, um dos principais ressentimentos da nova direita foi com o seu fracasso em construir uma ideologia própria. Assim, o objetivo desse movimento é criar um substrato ideacional próprio que possa se contrapor à esquerda que, na visão desses grupos, controla a organização dos campos culturais nacionais e internacionais, por meio da difusão de valores como direitos humanos, questões de gênero e representatividade, pautas ecológicas, entre outros temas (GRECE COLLECTIVE, 1982; BENOIST; CHAMPETIER, 1999).

Como Hall (1979) pontua, esses movimentos não surgem do nada. Eles buscam paulatinamente ocupar e comandar o mesmo espaço político e ideológico, sobretudo enfatizando as contradições dos valores hegemônicos vigentes. Nesse sentido, os esforços da nova direita não são meramente defensivos, mas são principalmente formativos (HALL, 1979), já que objetivam desarticular ideias muitas das vezes vistas como consensuais e buscam retrabalhar seus componentes em novas articulações. Seguindo a proposta de Gramsci (1971), podemos tomar emprestado sua metáfora da guerra para analisar as estratégias da nova direita global. Em vez de permanecer apenas em uma estratégia de guerra de movimento, em que o aparato administrativo e coercitivo do Estado é tomado por este grupo (em regimes democráticos via eleições), a nova direita global busca demarcar sua presença de modo mais duradouro e consistente, via atuação por meio de uma guerra de posição. Nesta estratégia, os grupos da nova direita buscam estabelecer um processo de mudança gradual através do acúmulo de pequenas inflexões que no longo prazo geram o fortalecimento das bases sociais para construir sua nova hegemonia (COX, 1983). A nova direita entende que é fundamental ganhar a sociedade civil não apenas para que as vitórias nas urnas se estabeleçam de modo prolongado, mas também para que indivíduos afinados com os valores da direita possam assumir papéis chave nos mais variados âmbitos do Estado e fora dele. Dessa forma, por mais que governos associados à nova direita possam sair do poder e ser substituídos por outros de cunho progressista, ou à esquerda, as reverberações desse arcabouço ideológico não cessariam.

No Brasil e nos Estados Unidos, lideranças de direita radical chegaram às presidências respectivamente em 2017 e 2019, levando a um período de convergência na visão de mundo dos governos e aprofundamento das relações bilaterais, inclusive com certo ineditismo na atuação e narrativa de política externa brasileira. Guimarães e Silva (2021) analisaram as características ideológicas da Política Externa sob governos que caracterizam como populistas de extrema-direita. Para os autores, tais governos professam um "conjunto identitário conservador" quando negociando com outros governos de direita, incluindo narrativas antiglobalização e críticas ao multilateralismo, expressão de visões nacionalistas e pró-soberania e estratégias políticas baseadas na lógica amigo-inimigo.

Sanahuja e Burián (2020) caracterizam as direitas em ascensão como neopatriotas, pelo fato de que as mesmas reivindicam o nacionalismo e, em consequência, opõem-se ao multilateralismo e às normas internacionais que limitem a

soberania nacional, ao mesmo tempo que defendem uma tradição, geralmente afirmada como judaico-cristã. O padrão de relacionamento das direitas pode ser definido como um internacionalismo reacionário, uma forma de reação à globalização, a qual na visão de tais grupos, impulsiona uma decadência da tradição e de um modo de vida comunitário (SANAHUJA; LÓPEZ BURIAN, 2020, p. 30). Assim, existe uma tentativa de revisão das instituições internacionais, de forma a incutir nas mesmas um ideário conservador. Considerando que a tradição, incluindo uma visão conservadora sobre a família, e a crítica ao multilateralismo são temas centrais na narrativa dos grupos de extrema-direita, na próxima seção iremos focar nesses pontos, após uma breve consideração sobre as relações bilaterais EUA-Brasil e os atores que impulsionam a aproximação.

### Relações Brasil-EUA sob a nova direita (2019-2020)

Um dos *insights* de Guimarães e Silva (2021) sobre a relação entre Brasil e Estados Unidos sob a direita radical é a ideia de que Trump era um *Significant Other*<sup>1</sup> para o governo brasileiro. Isso ocorria não apenas porque o Brasil entendia as relações bilaterais como importantes, mas também porque o líder brasileiro buscava imitar as táticas e o estilo de seu homólogo. Como um exemplo de deferência ao papel de Trump, pode-se destacar que em artigo publicado em 2017, o diplomata Ernesto Araújo apresentava o presidente estadunidense como um salvador da civilização ocidental (ARAÚJO, 2017). Esta ponderação auxilia no entendimento de dois aspectos das relações bilaterais naquele momento: a contínua assimetria e a sustentação da aproximação bilateral parcialmente em torno das lideranças dos movimentos de direita radical.

A questão da assimetria pode ser percebida em alguns episódios simbólicos ocorridos no primeiro ano do mandato de Bolsonaro. Em junho de 2019, o presidente brasileiro bateu continência à bandeira dos Estados Unidos e adaptou seu *slogan* de campanha afirmando “Brasil e Estados Unidos acima de tudo” em um evento no qual participou na cidade de Dallas, no Texas (BULLA, 2019). No mesmo mês, o brasileiro participou da cerimônia de comemoração da independência dos Estados Unidos, quando afirmou esperar visitas de Trump à América Latina que buscassem fortalecer os laços com governantes à direita do espectro político (À ESPERA DE..., 2019). Frustrando as expectativas do presidente brasileiro, Trump, no entanto, visitou a região apenas uma vez em seu mandato - para o encontro do G20 ocorrido em Buenos Aires. Bolsonaro, por sua vez, foi quatro vezes aos Estados Unidos entre 2019 e 2021 (MORALES-RUVALCABA, 2021).

Um terceiro episódio talvez seja o mais inusitado: em sua primeira Assembleia Geral da ONU, após discursar, Bolsonaro teve um rápido encontro com o presidente estadunidense. De acordo com relatos da mídia, o brasileiro afirmou que amava o seu homólogo e teve como resposta um “que bom te ver de novo” (JARDIM, 2019). As manifestações do governante brasileiro mostram não apenas afeto por um personagem e interlocutor, mas também acarretam a indiferença em demonstrar uma certa subordinação. Nenhuma destas posturas seria imaginável em sentido inverso. Em outras palavras, ao tempo em que Trump falava sobre a “América em primeiro lugar”, o nacionalismo dos governantes brasileiros se conformava com uma postura de menores sensibilidades com a questão da soberania e da autonomia nas relações com a potência. Por outro lado, no caso brasileiro, a questão da soberania nacional foi fortemente explorada para tratar de questões ambientais, impactando na relação com países europeus.

Para o governo Bolsonaro, as relações com os Estados Unidos pautavam-se, em parte, na aproximação com Trump e com o movimento político que o sustentava. Alguns personagens alheios ao Itamaraty tiveram um papel central em tal

---

<sup>1</sup> Para os autores, *Significant Other* se refere à relação que um Estado estabelece com outro; no caso, na relação que o Brasil do governo Bolsonaro estabelece com os Estados Unidos de Trump. Essa relação estaria pautada na identificação dos EUA enquanto contraparte fundamental para a elaboração das concepções de papel nacional do Brasil, em que nessa dinâmica o governo brasileiro busca adiantar as expectativas estadunidenses em relação ao seu comportamento e mimetizar, nos planos nacional e internacional, as ações dos EUA.

articulação, como foram os casos do deputado federal e filho do presidente, Eduardo Bolsonaro e do assessor da Presidência da República, Filipe G. Martins. Morales-Ruvalcaba (2021) argumenta que a aproximação EUA-Brasil durante a convergência Bolsonaro-Trump se deveu mais à articulação interpessoal entre presidentes e assessores do que à ampliação ou aprofundamento de canais institucionais. Ainda assim, em 2019 foi criado um novo mecanismo de diálogo bilateral, o *U.S.-Brazil Strategic Partnership Dialogue*, conduzido pelos Ministros de Relações Exteriores.

Além disso, em paralelo aos encontros oficiais e ao contato institucional entre os dois governos, houve uma tentativa em manter e aprofundar as articulações com o movimento conservador estadunidense. Durante a primeira viagem oficial do presidente brasileiro aos Estados Unidos, a embaixada do Brasil organizou um jantar, para o qual foram convidados nomes proeminentes do movimento da direita estadunidense, entre os quais Matt Schlapp, então presidente da União Conservadora Americana, Steve Bannon, ex-estrategista de campanha de Trump, e o mais conhecido escritor da nova direita brasileira, Olavo de Carvalho (DIAS, 2019a).

Antes das eleições presidenciais nos EUA, em outubro de 2020, o presidente brasileiro afirmou que torcia pela reeleição do então incumbente e que gostaria de ir à suposta segunda posse presidencial de Trump (COLETTA, 2020). Alguns dias depois, já em novembro de 2020, Bolsonaro reafirmou este posicionamento, criticando Joe Biden, o qual entendia como ameaçando interferir em assuntos internos brasileiros na Amazônia (ANDRADE, 2020; CHAIB, 2020).

As declarações de Bolsonaro e a busca de articulação com a direita estadunidense mostram que o governo brasileiro tinha preferência por contatos com contrapartes de visão de mundo semelhante. Ilustrativo dessa dinâmica de construção de convergências, que também vai para além dos círculos políticos mais estreitos, foi a realização de três edições da *Conservative Political Action Conference* (CPAC) no Brasil, em 2019, 2020 e 2022. Importada da tradição estadunidense, tal iniciativa tem não somente o objetivo de fomentar os debates e as redes conservadoras brasileiras, como de reforçar seus laços com seus homólogos nos EUA.

De posse deste resgate, nas próximas duas seções analisaremos os posicionamentos de Brasil e Estados Unidos em suas respectivas concepções sobre a ordem internacional, com base nos discursos proferidos pelos presidentes Trump e Bolsonaro na AGNU, e em suas articulações sobre as pautas de gênero e direitos humanos no CDH. Como mencionado anteriormente, tal investigação valeu-se de uma metodologia de análise de conteúdo, utilizando como fontes primárias notícias e reportagens veiculadas pela mídia brasileira, discursos dos presidentes dos dois países e seus respectivos representantes no CDH e documentos oficiais.

### *Concepções de ordem internacional*

Durante o governo Trump, a política externa norte-americana se estabeleceu justamente na contestação aos pilares fundamentais da ordem liberal internacional. De acordo com Cooley e Nexon (2020), os pilares da ordem internacional contemporânea são o liberalismo econômico, o liberalismo político e o intergovernamentalismo liberal, sendo o questionamento a este último um dos mais emblemáticos e um dos principais pontos de convergência entre os dois governos.

Em relação ao liberalismo econômico, Trump e Bolsonaro adotaram posturas razoavelmente diferentes, sobretudo em razão de três elementos: (i) divergências no diagnóstico sobre os problemas das suas respectivas economias perante a economia internacional; (ii) identificação de soluções também diferentes; (iii) e quadros internos com posturas distintas em relação ao regime econômico internacional. Enquanto para Bolsonaro a origem dos problemas da economia brasileira estaria, entre outros fatores, na intensa participação interna do Estado, para Trump os constrangimentos ao desenvolvimento econômico dos EUA viriam não apenas da atuação da China, como também do engajamento dos EUA em tratados de livre-comércio desvantajosos, como o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA).

Com isso, as soluções desenhadas por ambos os governos também se mostraram divergentes. Como apontado por Bolsonaro no seu discurso perante a 76ª Reunião da Assembleia Geral da ONU (AGNU), seu governo elevou o perfil do

Brasil para o investidor, não apenas estabelecendo "o maior programa de parceria de investimentos com a iniciativa privada de sua história", como também realizando "na área de infraestrutura" leilões "para a iniciativa privada, [de] 34 aeroportos e 29 terminais portuários" (BOLSONARO, 2021, p. 2). Nesse sentido, frente ao diagnóstico de uma atuação excessiva do Estado na economia, a solução apresentada pelo governo brasileiro se pautou na intensificação, em âmbitos doméstico e internacional, da liberalização, sobretudo destacando os acordos firmados entre "o Mercosul e a União Europeia e entre o Mercosul e a Área Europeia de Livre Comércio, o EFTA" (BOLSONARO, 2019, p. 3).

Trump, por outro lado, em várias circunstâncias adotou práticas de questionamento ao livre comércio, defendendo que "para enfrentar essas práticas desleais [chinesas]" os EUA deveriam colocar "tarifas maciças" em produtos de fabricação chinesa, pois com isso "as cadeias de suprimento" se "realoca[r]iam" de volta para a América e para outras nações" (TRUMP, 2019, p. 4, tradução nossa). Além disso, ambos presidentes contavam com assessores e figuras políticas com orientações diferentes. Se, por um lado, no Brasil o ex-Ministro da Economia, Paulo Guedes, é conhecido por sua postura pró-livre mercado, nos EUA, ainda que Trump tivesse assessores mais pró-mercado, outros endossaram sua política econômica protecionista em relação à China, como Peter Navarro, um dos principais *US Trade Advisors*, que, no seu conhecido documentário *Death by China*, não só vinculava o declínio manufatureiro dos EUA à questões internas, como o aumento do aborto, abuso conjugal, divórcio, infertilidade, taxas de criminalidade, entre outros, como também percebia que a principal ameaça ao domínio econômico dos EUA no século XXI vinha da China e seu Partido Comunista (PETERSON, 2018).

Quanto ao liberalismo político, ambos governos possuem concepções bastante próximas em relação à ordem internacional. Tanto Trump quanto Bolsonaro identificam o socialismo como uma ameaça ainda presente, seja, no caso brasileiro, representada no Partido dos Trabalhadores e na ideologia introduzida por ele nas burocracias e no seio da sociedade, ou, para os EUA, identificada em regimes como os da Venezuela (TRUMP, 2019) e da China (TRUMP, 2019, 2020). A defesa à liberdade de culto religioso é outro tema que perpassa ambas as agendas. Enquanto os discursos de Trump são um pouco mais gerais, mencionando a necessidade de tolerância e liberdade religiosa, bem como proteção a líderes religiosos, Bolsonaro por vezes é mais enfático quando especifica a necessidade de combater a cristofobia (BOLSONARO, 2020, p. 5). Ainda, ambos enfatizaram em seus discursos na AGNU críticas ao globalismo, apontando que "o futuro não pertence aos globalistas" mas sim aos "patriotas" (TRUMP, 2019, p. 2, tradução nossa) e que este movimento não só afastava os líderes, "levando-os a ignorar os seus próprios interesses nacionais" (TRUMP, 2019, p. 4, tradução nossa), como também colocava em xeque a própria razão de ser da ONU, uma vez que a Organização não deveria servir para "apagar nacionalidades e soberanias em nome de um "interesse global abstrato" (BOLSONARO, 2019, p. 8). Além disso, ainda que retoricamente ambos mencionem em seus discursos perante a AGNU a democracia enquanto algo a ser valorizado, Bolsonaro e Trump são também conhecidos por questionarem os processos eleitorais de seus respectivos países (AMORIM, 2020; FORREST, 2021; LEVY, 2021).

Nesse sentido, a crítica ao globalismo também se estende para o questionamento que os dois governos colocam à intergovernabilidade liberal. Os Estados Unidos, por exemplo, se retiraram dos Acordos de Paris, do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU e da Unesco durante a pandemia de Covid-19, além de terem iniciado processo para a retirada da Organização Mundial da Saúde (OMS), decisão que foi revertida pelo governo Biden. Refletindo a posição da direita radical e como parte da tentativa de se aproximar de Trump, Bolsonaro seguiu trajetória semelhante. Antes da eleição, o então candidato Jair Bolsonaro criticou a ONU, afirmando que caso eleito o Brasil se retiraria da organização (BALLOUSSIER, 2018), mas posteriormente corrigiu sua fala esclarecendo que o Brasil deixaria apenas o Conselho de Direitos Humanos da instituição (FERNANDES, 2018), o que não se concretizou. Logo que assumiu, em janeiro de 2019, o governo anunciou que retiraria o Brasil do Pacto Global de Migrações, justificando a decisão em termos de soberania brasileira, ou seja, do direito de decidir unilateralmente quais migrantes poderiam ou não entrar no Brasil (BRANT *et al.*, 2019; FERNANDES, 2019). O

mais interessante deste episódio é que o pacto possui um caráter mais retórico que efetivo - tratava-se de uma declaração não vinculante e que, portanto, não constrangia as decisões brasileiras.

A crítica do Brasil a acordos e posições internacionais que limitem a perda de soberania expressou-se também – e talvez principalmente – no que diz respeito à Amazônia. O que se passa na floresta, incluindo o desmatamento e as queimadas, era entendido pelo governo como estritamente nacional, fato que foi ressaltado pelo discurso do ex-presidente Bolsonaro na 74ª AGNU, ao apontar que "é uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a nossa floresta é o pulmão do mundo" e que, com isso, colocava-se em questionamento "aquilo que nos é mais sagrado: a nossa soberania!" (BOLSONARO, 2019, p. 4). Nesse sentido, as críticas de ONGs e de governos estrangeiros, especialmente da França, foram mal-recebidas pelo governo brasileiro (BOLSONARO SÓ ACEITA..., 2019; BULLA *et al.*, 2019; DIAS, 2019b; NOS EUA, CHANCELER..., 2019; MAZUI; GOMES, 2020), o qual, ainda na ocasião da 74ª AGNU, agradeceu publicamente o ex-presidente Trump por ter enfatizado que o espírito da ONU deveria ser de respeito à liberdade e à soberania (BOLSONARO, 2019, p. 4). Assim, percebe-se que, no caso brasileiro, este tema gerou maior repercussão que em outros países.

De todo modo, ainda que o governo Bolsonaro seja igualmente vocal em suas críticas em relação à ONU e a diversos outros regimes multilaterais internacionais, tal como a postura adotada pela administração Trump, a desigualdade na posição de cada um na hegemonia internacional, sendo os EUA a potência hegemônica e o Brasil uma potência média emergente (JORDAAN, 2003), nos indica que o posicionamento do Brasil tenha nuances qualitativamente diferentes. Além de não ter se retirado de uma série de agências das Nações Unidas, mesmo em momento de intensas críticas, como no auge da pandemia de Covid-19, em relação à atuação da OMS, em todos os seus discursos perante a AGNU, de 2019 a 2021, o governo Bolsonaro buscou, de alguma forma, reforçar a atuação do Brasil na ONU. Seja pela lembrança do engajamento brasileiro em missões de paz (BOLSONARO, 2019, 2020, 2021) ou do papel do Brasil como membro fundador da ONU (BOLSONARO, 2020), o ex-presidente Bolsonaro não apenas destacou em todos os seus discursos a contribuição historicamente oferecida pelo Brasil à Organização, como também apontou que a "ONU pode ajudar a derrotar o ambiente materialista e ideológico que compromete alguns princípios básicos da dignidade humana. Essa organização foi criada para promover a paz entre nações soberanas e o progresso social com liberdade" (BOLSONARO, 2019, p. 8).

Esse trecho nos parece interessante na medida em que podemos relacioná-lo com a estratégia de guerra de posição, mencionada anteriormente. Ao reforçar o papel da Organização ao mesmo tempo que identifica nela a capacidade de derrotar a ideologia globalista, sem, obviamente, prescindir de um processo de reforma interna, o governo Bolsonaro converge com essa estratégia mais ampla da metapolítica em que paulatinamente os valores e crenças liberais vão sendo substituídos. Nesse ponto, ainda que talvez com o mesmo objetivo, Trump e Bolsonaro divergem em termos de estratégia. Enquanto Trump, baseado na percepção da preponderância hegemônica dos EUA, coloca em xeque a intergovernabilidade liberal pela retirada norte-americana dos arranjos multilaterais, levando consigo a legitimidade que os EUA conferem às instituições, Bolsonaro o faz pela via da busca ativa pelo reordenamento interno e avanço de pautas conservadoras.

#### *Fóruns sobre Direitos Humanos e Gênero*

Embora o Brasil, ao contrário da declaração anterior de Bolsonaro, não tenha deixado o Conselho de Direitos Humanos da ONU, ou outras organizações internacionais, estes espaços foram utilizados para difundir a ideologia conservadora do governo federal, implicando no padrão de votos e nos discursos da diplomacia brasileira. Em julho de 2020, por exemplo, durante a 44ª sessão do Conselho, a delegação brasileira se absteve na votação de uma declaração sobre discriminação contra mulheres e meninas. O principal elemento usado como justificativa para a postura brasileira foi que expressões como "saúde sexual e reprodutiva", presentes na resolução, supostamente abriam brechas para a defesa do direito ao aborto (MANEO, 2020). Nessa mesma toada, mas em momento anterior, na 40ª Sessão do CDH, em 2019, a



primeira em que a Ministra Damares Alves se reportou ao Conselho, ela enfatizou em seu discurso não apenas que o Brasil é "um país laico", mas não "um país laicista" (ALVES, 2019, p. 3), como também defendeu o "direito à vida desde a concepção" (ALVES, 2019, p. 1).

A orientação da diplomacia brasileira, contudo, gerou repercussões internas. Em 7 de agosto de 2019, o então ministro Ernesto Araújo foi convidado para participar de reunião da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados para "prestação de informações acerca das [...] instruções dadas ao corpo diplomático no sentido de vetar expressões relativas a gênero e saúde reprodutiva em textos e resoluções de organismos internacionais" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019). O ministro apresentou três argumentos para justificar a decisão de vetar o termo gênero em resoluções internacionais: i) o programa de política externa colocado em prática havia sido respaldado pela sociedade, na eleição de 2018, ii) a posição brasileira é compatível com a agenda de direitos humanos, o governo defende o direito das mulheres e trabalha contra a violência às mulheres e, neste tema, o governo procura "o fortalecimento dos vínculos familiares" e iii) alguns termos, especialmente "gênero" e "saúde sexual e reprodutiva" eram vistos pelo governo como ambíguos ou inadequados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019). Após as questões, o ministro manifestou oposição ao termo saúde sexual e reprodutiva porque, em sua interpretação, abria margens para o aborto, e com relação ao gênero, afirmou entender se tratar de uma ideologia que distorce a realidade.

Outro momento também é ilustrativo da atuação do Brasil e do ex-Ministro Ernesto Araújo perante o CDH. Em seu discurso para a apresentação dos compromissos voluntários do Brasil à sua candidatura ao Conselho, em 2019, ainda que Araújo tenha mencionado o compromisso do Brasil em se opor a qualquer tipo de abuso "contra grupos específicos, seja por origem, raça, sexo, cor, idade" ou "discriminação contra pessoas LGBTI" (ARAÚJO, 2019, p. 3), é interessante mencionar que sua fala, logo de início, apresenta a importância conferida pelo Brasil ao CDH na "promoção dos verdadeiros direitos humanos" (ARAÚJO, 2019, p. 1). Ainda, é importante destacarmos que no documento enviado ao CDH não consta na seção de "compromissos voluntários" nenhum tópico relativo à proteção da população LGBTI (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019).

Assim, fica claro que o governo brasileiro objetivava afastar-se do consenso internacional no que se refere a este tema, buscando não só evitar o uso da expressão gênero, como também enquadrá-la, quando esta era utilizada, no tema da igualdade de gênero enquanto pauta para o fortalecimento da ideia tradicional de família, além de se opor ao entendimento do aborto como uma pauta de saúde. Seguindo esta lógica, em outubro de 2020, o Brasil foi uma das lideranças na articulação do Consenso de Genebra, uma declaração sobre saúde das mulheres que excluía explicitamente e de forma muito destacada qualquer possibilidade de incluir o direito de aborto como pauta internacional nos debates sobre saúde (GENEVA CONSENSUS, 2020).

Em dezembro de 2020, o documento conhecido como Consenso de Genebra sobre a Promoção da Saúde das Mulheres e Fortalecimento das Famílias foi apresentado pelos Estados Unidos à Assembleia Geral das Nações Unidas, copatrocinado por Brasil, Egito, Hungria, Uganda e Indonésia. O documento é redundante em sua afirmação de que a saúde das mulheres não inclui a possibilidade de aborto, defende o direito soberano dos Estados em restringir esta prática e reafirma a família como o fundamento da sociedade (GENEVA CONSENSUS, 2020). Trata-se de uma iniciativa que pretende caracterizar o aborto como uma transgressão, retirando-o da pauta de saúde pública. Para além do documento apresentado pelo Consenso de Genebra, em todos os discursos do presidente Bolsonaro para a AGNU a menção à família está presente, seja afirmando que a "ideologia invadiu nossos lares para investir contra a *célula mater* de qualquer sociedade saudável, a família" (BOLSONARO, 2019, p. 8), ou apontando que "o Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base" (BOLSONARO, 2020, p. 5) sendo, portanto, a família tradicional o "fundamento da civilização" (BOLSONARO, 2021, p. 3).

No entanto, essa visão particular de direitos humanos, de questões de gênero e sobre proteção às mulheres não foi particularidade apenas do governo Bolsonaro. Algumas iniciativas conservadoras foram avançadas nos planos

doméstico e internacional. Internamente, Trump conseguiu alterar as regras do programa federal intitulado *Title X Family Planning Program*, que tem o objetivo de oferecer serviços de planejamento familiar principalmente para pessoas de baixa renda, como métodos contraceptivos, exames de imagem, orientações para aborto, entre outros. Um dos principais objetivos dessa alteração era fragilizar instituições como a *Planned Parenthood*, as quais são recriminadas por grupos pró-vida por permitirem que abortos sejam realizados com dinheiro público. Ainda, nesta nova configuração do *Title X*, mais organizações religiosas poderiam se vincular ao programa (KHAZAN, 2019). No âmbito internacional, ainda que os EUA tenham saído do CDH sob a justificativa de que o país não deveria dar credibilidade para uma agência que penaliza aqueles que defendem os direitos humanos, enquanto protege aqueles que violam esses mesmos direitos (POMPEO; HALEY, 2018), algumas falas do ex-presidente são emblemáticas. Como ilustração, Trump em seu discurso para a 74ª AGNU apontou que:

Estamos cientes de que muitos projetos das Nações Unidas tentaram afirmar um direito global ao aborto financiado com o dinheiro dos contribuintes, [podendo este ser realizado] até o momento do parto. Os burocratas globais não têm absolutamente nenhum motivo para atacar a soberania de nações que desejam proteger vidas inocentes. Como muitas nações aqui hoje, nós na América acreditamos que cada criança – nascida e não nascida – é um presente sagrado de Deus (TRUMP, 2019, p. 10, tradução nossa).

Com isso, podemos perceber que as agendas de Trump e Bolsonaro para questões de gênero e direitos humanos se mostram muito semelhantes. Ambos compactuam de uma visão tradicional sobre o que constitui a família, avançam em retóricas que apresentam seus governos como protetores do direito da mulher, ao mesmo tempo que, em seus aparatos domésticos, ceifam mecanismos que ampliam o rol de opções e de acesso dessas mulheres a serviços públicos. No entanto, tal como em relação à estratégia mais ampla desses governos na contestação à intergovernabilidade liberal, aqui as estratégias também parecem ser ligeiramente diferentes. Enquanto os EUA adotam uma estratégia de isenção, o Brasil reforça seu engajamento com o CDH. Dessa forma, se, por um lado, os EUA retiram sua embaixadora do CDH, não havendo, portanto, posicionamentos dos EUA nessa agência ao longo de todo o mandato Trump, a Ministra Damare Alves, em seus discursos, faz questão de apresentar o Brasil, e o governo Bolsonaro, como o governo mais atinente às demandas da agência, seja em termos de produção de relatórios ou do recebimento de visitas de relatores especiais.

### Considerações finais

O presente artigo teve como principal objetivo analisar as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos no interregno entre 2019 e 2021, período em que houve tanto uma convergência entre presidências afinadas com a agenda das direitas radicais, quanto uma alteração, ainda em curso, com a subida de um presidente Democrata nos EUA, cujas pautas de campanha em muito destoavam da proposta de Trump, sobretudo no que tange à participação dos EUA na Ordem Liberal Internacional e no regime de direitos humanos. Não à toa, um dos motes da campanha de Biden era "*we are back*"; ou seja, a apresentação de que os EUA estariam de volta à sua posição de líder e garantidor ativo dos valores liberais internacionais. Essa alteração, no entanto, levou a alguns ruídos nas relações bilaterais Brasil-EUA. Se com Trump o Brasil tinha respaldo da maior potência internacional para compor uma coalizão de países ultraconservadores, denominado de Consenso de Genebra, a chegada de Biden abriu um abismo de discordância entre Estados Unidos e Brasil na pauta de direitos humanos. De imediato, a nova administração retirou-se dessa iniciativa, deixando Brasil, Hungria, Polônia e países árabes sem o apoio de seu membro mais expressivo.

Com as recentes eleições presidenciais no Brasil e os questionamentos à lisura do processo realizados por Bolsonaro (TEIXEIRA, 2022), a proteção à democracia também se tornou um tema de dissonância entre Biden e Bolsonaro. O próprio congresso norte-americano se posicionou requerendo eleições livres e solicitando ao Secretário de Estado Anthony Blinken relatório com a atuação das Forças Armadas brasileiras durante as eleições. Cabe ainda pontuar que as críticas da administração Biden ao Brasil não são recentes. Juan González, nomeado Diretor para o Hemisfério Ocidental

do Conselho de Segurança Nacional, já havia criticado o governo brasileiro durante a campanha de 2020 (ZARUR, 2021) e fez chegar à presidência um relatório de uma rede de ativistas e acadêmicos que se preocupam com os retrocessos autoritários no Brasil e que demandam ações dos EUA para garantir a retomada da democracia no país (U.S NETWORK FOR DEMOCRACY IN BRAZIL, 2021). Sem contar, como já mencionado, as ocasiões em que Bolsonaro, durante a campanha presidencial dos EUA, deixou clara sua predileção pela reeleição de Trump em detrimento de Biden.

De todo modo, se a subida de governos não alinhados com as direitas radicais pode produzir correções de rumos tanto para atuação individual de Brasil e Estados Unidos na cena internacional, quanto para as suas relações bilaterais, os anos Trump-Bolsonaro podem deixar marcas justamente pelas pequenas inflexões que elas produziram. Se, por um lado, esses governos não foram capazes de alterar drasticamente a ordem liberal internacional e minar completamente políticas progressistas em âmbito doméstico, os questionamentos que eles suscitaram e suas respectivas ideologias internas, o trumpismo e o bolsonarismo, talvez ainda permaneçam, convergindo com a proposta da metapolítica de gerar mudanças paulatinas e não somente no campo da política, mas na sociedade como um todo. Como apresentado anteriormente, uma ilustração dessa busca por capilarizar e expandir o debate conservador no Brasil foi a importação do mais antigo e tradicional encontro conservador nos EUA, a CPAC.

Ao apresentar as relações bilaterais nesse período, o presente artigo buscou não apenas mostrar as convergências nas agendas de política externa, como também apresentar suas vinculações com o debate e as estratégias das direitas radicais. A análise de conteúdo realizada permite considerar que houve convergências muito claras entre os presidentes na contestação do consenso liberal em torno de pautas de direitos humanos e gênero. Foi especialmente na questão de gênero que os presidentes buscaram articular-se com outros parceiros almejando mudar as normas predominantes na ONU. Contudo, em questões econômicas houve maiores nuances e discrepâncias entre os discursos de Trump e Bolsonaro na AGNU, com uma postura liberalizante defendida pelo ex-presidente brasileiro e uma postura ambígua adotada pelo ex-presidente dos EUA.

Sobre a atuação brasileira, cabe ainda destacar um ponto. Embora os discursos do ex-presidente Bolsonaro perante a AGNU tenham sido largamente soberanistas, principalmente nas pautas de direitos humanos e proteção ambiental, esse mesmo discurso não se aplicou ao posicionamento do Brasil frente aos Estados Unidos. Com este parceiro, a atuação brasileira foi de intensa subserviência e vinculação automática, ponto este que destoa da trajetória da política exterior brasileira. Mesmo em momentos de maior alinhamento, houve certa preservação da autonomia nacional. A idolatria que Bolsonaro tem por Trump, sendo inclusive denominado de Trump dos trópicos, em conjunto com a necessidade de buscar na potência hegemônica respaldos para avançar pautas que, naquele momento eram acolhidas pelo governo norte-americano, mas que usualmente não são tão explícitas na política externa dos EUA e não são amplamente aceitas pelas demais potências ocidentais, podem ser fatores que explicam a fragilização seletiva da soberania na política externa Bolsonaro.

## Referências

À espera de Donald Trump. **Correio Braziliense**, 4 jul. 2019.

ABRAHAMSEN, R. *et al.* Confronting the International Political Sociology of the New Right. **International Political Sociology**, v. 14, n. 1, p. 94–107, 1 mar. 2020.

ALVES, D. **Discurso da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, na abertura do Segmento de Alto Nível da 40a sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas Genebra**, 25 fev. 2019.

AMORIM, R. Bolsonaro questiona sistema eletrônico e diz que voto impresso é ‘necessidade’. **CNN Brasil**, 19 nov. 2020.

ANDRADE, H. DE. Bolsonaro apoia Trump e critica Biden por Amazônia: “Interferência externa”. **UOL**, 4 nov. 2020.

ARAÚJO, E. **Discurso do Ministro Ernesto Araújo no lançamento da publicação dos compromissos voluntários do Brasil no contexto da candidatura do país ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas**, 4 out. 2019.

- ARAÚJO, E. H. F. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**, v. 3, n. 6, p. 323–357, 2017.
- BALLOUSSIER, A. V. Brasil sairá da “ONU comunista” se eu for eleito, diz Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 18 ago. 2018.
- BENOIST, A. DE; CHAMPETIER, C. The French New Right in the Year 2000. **Telos**, v. 115, p. 117–144, 1999.
- BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- BOLSONARO, J. **Discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74a Assembleia Geral das Nações Unidas Nova York**, 2019.
- BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas**, set. 2020.
- BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76° Assembleia- Geral das Nações Unidas Nova York**, set. 2021.
- Bolsonaro só aceita ajuda do G7 à Amazônia se Macron “retirar insultos”. **Estado de Minas**, 27 ago. 2019.
- Bolsonaro vê volta de “bandidos de esquerda”. **Correio Braziliense**, 15 ago. 2019.
- BRANT, D.; MANTOVANI, F.; FERNANDES, T. ONU confirma ter recebido carta avisando de que Brasil deixaria pacto de migração. **Folha de São Paulo**, 9 jan. 2019.
- BULLA, B. *et al.* Em discurso desafiador na ONU, Bolsonaro ataca “colonialismo” na questão ambiental. **Estado de São Paulo**, 24 set. 2019.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **1a Sessão Legislativa Ordinária Da 56a Legislatura. Comissão de Seguridade Social e Família.** Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, 7 ago. 2019. Disponível em: <<https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/56662>>. Acesso em: 14 jun. 2022
- CHAIB, J. “A esperança é a última que morre”, diz Bolsonaro após Trump perder vantagem. **Folha de São Paulo**, 4 nov. 2020.
- COLETTA, R. DELLA. “Espero comparecer à posse de Trump”, diz Bolsonaro mesmo com Biden à frente nas pesquisas. **Folha de São Paulo**, 20 out. 2020.
- COLOMBO, S. Bolsonaro volta a apoiar reeleição de Macri e pede que argentinos votem “com a razão”. **Folha de São Paulo**, 6 jun. 2019.
- COOLEY, A.; NEXON, D. **Exit from hegemony: the unraveling of the American global order**. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- COX, R. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126–155, 23 jun. 1981.
- COX, R. W. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 12, n. 2, p. 162–175, 24 jun. 1983.
- DIANNI, C. Na Argentina, Bolsonaro sai em defesa da reeleição de Macri. **Correio Braziliense**, 7 jun. 2019.
- DIAS, M. Santa Ceia da direita, Bolsonaro diz que comunismo não pode imperar. **Folha de S. Paulo**, 17 mar. 2019a.
- DIAS, M. Roteiro de Eduardo Bolsonaro em Washington tem almoço de US\$ 1.000 e saída pelos fundos de restaurante. **Folha de São Paulo**, 31 ago. 2019b.
- DROLET, J.-F.; WILLIAMS, M. C. From critique to reaction: The new right, critical theory and international relations. **Journal of International Political Theory**, v. 18, n. 1, p. 23–45, 28 fev. 2022.
- FAYE, G. **Why We Fight: Manifesto of the European Resistance**. London: Artkos Media, 2011.
- FERNANDES, T. Bolsonaro diz que cometeu ato falho e que jamais pensou em sair da ONU. **Folha de São Paulo**, 20 ago. 2018.
- FERNANDES, T. Bolsonaro diz que Brasil é soberano para decidir sobre migração após saída de pacto global. **Folha de São Paulo**, 9 jan. 2019.
- FORREST, B. What Is QAnon? What We Know About the Conspiracy-Theory Group. **The Wall Street Journal**, 4 fev. 2021.
- GENEVA CONSENSUS. **Geneva Consensus Declaration**, 2020. Disponível em: <<https://aul.org/wp-content/uploads/2021/06/geneva-consensus-declaration-english.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2022
- GRAMSCI, A. **Selections from the Prison Notebooks**. New York: International Publishers, 1971.
- GRECE COLLECTIVE. Pour Un Gramscisme De Droite. **Éléments**, n. 16, 1982.
- HALL, S. The Great Moving Right Show. **Marxism Today**, p. 14–20, 1979.

JARDIM, L. Bolsonaro para Trump: “I love you”. **O Globo**, 25 set. 2019.

JORDAAN, E. The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers. **Politikon**, v. 30, n. 1, p. 165–181, 30 maio 2003.

KHAZAN, O. The Biggest Consequence of Trump’s New Abortion Rule Won’t Be for Abortion. **The Atlantic**, 5 mar. 2019.

LEVY, R. Who Are the Proud Boys? Canada Names Far-Right Group a Terrorist Organization. **The Wall Street Journal**, 5 fev. 2021.

MANEO, A. Brasil se abstém em votação na ONU contra discriminação de mulheres e meninas. **Folha de São Paulo**, 17 jul. 2020.

MAZUI, G.; GOMES, P. H. Sem provas, Bolsonaro culpa ONGs por crimes ambientais durante cúpula da ONU. **G1**, 30 set. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Candidatura do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos 2020-2022 MRE**, 2019. Disponível em: <file:///Users/[autor]/Downloads/cartilha\_-\_candidatura\_do\_brasil\_ao\_conselho\_de\_direitos\_humanos\_2020-2022.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022

MORALES-RUVALCABA, D. La política exterior de Estados Unidos hacia Brasil: Cambios y continuidades en la Administración Biden. **Relaciones Internacionales**, v. 94, n. 1, p. 141–169, 8 jun. 2021.

MUDDE, C. **The Far Right Today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

Nos EUA, chanceler brasileiro reforça soberania da Amazônia. **Agência Brasil**, 13 set. 2019.

PETERSON, J. Present at the Destruction? The Liberal Order in the Trump Era. **The International Spectator**, v. 53, n. 1, p. 28–44, 2 jan. 2018.

PITOMBO, J. P. “Bandidos de esquerda começaram a voltar ao poder”, diz Bolsonaro sobre Argentina. **Folha de São Paulo**, 14 ago. 2019.

POMPEO, M.; HALEY, N. **Remarks on the UN Human Rights Council**. Disponível em: <<https://geneva.usmission.gov/2018/06/21/remarks-on-the-un-human-rights-council/>>. Acesso em: 12 out. 2022.

SÁ GUIMARÃES, F. DE; OLIVEIRA E SILVA, I. D. DE. Far-right populism and foreign policy identity: Jair Bolsonaro’s ultra-conservatism and the new politics of alignment. **International Affairs**, v. 97, n. 2, p. 345–363, 8 mar. 2021.

SAHAHUA, J. A.; LÓPEZ BURIAN, C. Internacionalismo reaccionario y nuevas derechas neopatriotas latinoamericanas frente al orden internacional liberal. **Conjuntura Austral**, v. 11, n. 55, p. 22–34, 30 set. 2020.

TEIXEIRA, M. Bolsonaro questiona sem provas apuração do 1o turno e recicla teoria já desmentida. **Folha de São Paulo**, 5 out. 2022.

TRUMP, D. **Remarks by President Trump to the 74th Session of the United Nations General Assembly Nova York**, set. 2019.

TRUMP, D. **Remarks by President Trump to the 75th Session of the United Nations General Assembly**, 22 set. 2020.

U.S NETWORK FOR DEMOCRACY IN BRAZIL. **Recomendações sobre o Brasil para o President Biden e o novo governo dos EUA**, 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2021/02/documento-US-Network-for-Brazils-Democracy.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2022

WORTH, O. **Morbid Symptoms: The Global Rise of the Far-Right**. London: Zed Books Ltd., 2019.

ZARUR, C. Biden nomeia crítico de Bolsonaro para cuidar da América Latina no Conselho de Segurança Nacional. **O Globo**, 8 jan. 2021.

---

#### Funções de colaboração exercidas

Bárbara Vasconcelos de Carvalho Motta:

Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Lívia Peres Milani:

Conceituação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelas autoras de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

---